ISSN 1981-416X
https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.090.AO09

CC BY

Artigo

Revista Diálogo Educacional
periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional
PUCPRESS

Alfabetização e letramento como práticas de interação: Uma análise do Sistema Nacional de Educação

Alfabetización y literacidad como prácticas de interacción: Una análisis del Sistema Nacional de Educación

Literacy and literacies as interactional practices: An analysis of the National Education System

Thiago Luiz Sartori [a]
Pouso Alegre, MG, Brasil
Universidade do Vale do Sapucaí (Univás)

Bruno Gomes Pereira [b]
Pouso Alegre, MG, Brasil
Universidade do Vale do Sapucaí (Univás)

Atílio Catosso Salles [c]
Pouso Alegre, MG, Brasil
Universidade do Vale do Sapucaí (Univás)

Como citar: SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G.; SALLES, A. C. Alfabetização e letramento como práticas de interação: Uma análise do Sistema Nacional de Educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, PUCPRESS, v. 26, n. 90, p. 2047-2059, jul./set. 2026. https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.090.AO09

Resumo

As Políticas Públicas Educacionais (PPEs) têm demonstrado fortes tendências sociointeracionistas. Por essa razão, é possível identificar estratégias de implementação de PPEs focadas na concepção de língua como instrumento social, as direcionando

[a] Doutor em Ciências (USP), e-mail: thiagosartori@univas.edu.br
[b] Doutor em Letras (UFT), e-mail: brunogomes@univas.edu.br
[c] Doutor em Ciências da Linguagem (UNIVÁS), e-mail: atilioc@univas.edu.br

para um discurso orientado ao letramento e às condições reais das práticas de ensino. Na tentativa de complexificar essas estratégias e contribuir com as discussões sobre essa temática, o presente artigo tem como objetivo analisar representações das práticas de alfabetização e letramento na Educação Básica no âmbito do Sistema Nacional de Educação (SNE). A fundamentação teórica está situada no campo interdisciplinar das PPEs, considerando a interface entre as pesquisas sobre letramento e os estudos bakhtinianos da linguagem, mobilizados para as microanálises. A Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, foi considerada o corpus de investigação deste trabalho, caracterizando-o como uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa. A técnica adotada para o tratamento dos dados foi a Análise de Conteúdo (AC). Os resultados apontam para uma possível assimetria entre a proposta do SNE e a limitada operacionalização da prática interacional da linguagem no contexto da Educação Básica. Em alguns momentos, essa assimetria tende a enfraquecer a natureza genuinamente catalisadora do letramento no conjunto das demais PPEs no Brasil.

Palavras-chave: Educação Básica. Políticas Públicas. Práticas de leitura e escrita.

Abstract

Educational Public Policies (EPP) have demonstrated strong socio-interactionist tendencies. For this reason, it is possible to identify EPP implementation strategies grounded in a conception of language as a social instrument, which orient these policies toward a discourse focused on literacy and on the real conditions of teaching practices. In an effort to add complexity to these strategies and to contribute to discussions on this topic, this article aims to analyze representations of literacy and early literacy practices in Basic Education within the framework of the National Education System (NES). The theoretical framework is situated in the interdisciplinary field of EPP, considering the interface between literacy research and Bakhtinian studies of language, which support the micro-analytical procedures. Complementary Law No. 220, of October 31, 2025, was adopted as the corpus of investigation, characterizing the study as documentary research with a qualitative approach. Content Analysis (CA) was employed as the technique for data treatment. The results point to a possible asymmetry between the NES proposal and the limited operationalization of interactional language practices in the context of Basic Education. At times, this asymmetry tends to weaken the genuinely catalytic nature of literacy in relation to other EPP in Brazil.

Keywords: Basic Education. Public Policies. Reading and Writing Practices.

Resumen

Las Políticas Públicas Educativas (PPE) han mostrado fuertes tendencias sociointeraccionistas. En este sentido, es posible identificar estrategias de implementación basadas en la concepción de la lengua como instrumento social, orientadas hacia un discurso centrado en la literacidad y en las condiciones reales de las prácticas de enseñanza. Con el propósito de complejizar estas estrategias y contribuir a las discusiones sobre el tema, este artículo tiene como objetivo analizar las representaciones de las prácticas de alfabetización y literacidad em la Educación Basica en el marco del Sistema Nacional de Educación (SNE). El marco teórico se inscribe en el campo interdisciplinario de las PPE, a partir de la interfaz entre los estudios de literacidad y los enfoques bakhtinianos del lenguaje. La Ley Complementaria n.º 220, de 31 de octubre de 2025, constituye el corpus investigación, caracterizando el estudio como una investigación documental de enfoque cualitativo. Para el tratamiento de los datos se adoptó el Análisis de Contenido (AC). Los resultados evidencian una posible asimetría entre la propuesta del SNE y la limitada operacionalización de las prácticas interaccionales del lenguaje en la Educación Basica, lo que tiende a debilitar el potencial catalizador de la literacidad en el conjunto de las PPE en Brasil.

Palabras clave: Educación Basica. Políticas Públicas. Prácticas de Lectura y Escritura.

1. Introdução

Na tentativa de acompanhar as demandas sociais emergentes, as Políticas Públicas Educacionais (PPEs) têm se mostrado altamente dinâmicas, o que roupe com a concepção mais fixa de ensino advinda do tradicionalismo. Não raramente, as PPEs apresentam desdobramentos que procuram dialogar com temáticas mais sensíveis que vão ganhando espaço no meio escolar, o que torna a educação um espaço genuinamente político[1]. A partir disso, as habilidades de leitura e escrita ganham um contorno de aplicabilidade social, o que extrapola os limites da codificação e da decodificação (Sartori; Pereira, 2022).

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é analisar representações das práticas de alfabetização e letramento na Educação Básica no âmbito do Sistema Nacional de Educação (SNE). A partir desse propósito, tornou-se possível identificar lacunas na referida PPE, as quais compreendem um distanciamento entre o discurso propagado e a concepção social da linguagem sistematizada no documento.

Para fundamentar teoricamente a discussão, optou-se por uma perspectiva interdisciplinar das PPEs (Sartori, 2022; Mello 2024; Araújo; Silva, 2025; Silva, 2011), que se desenvolveu a partir da interface entre as pesquisas sobre letramento (Silva, 2012; Pereira; Moreira, 2025; Pinto; Gattolini, 2025; Signorini, 2024; Kleiman *et. al.*, 2024) e os estudos bakhtinianos da linguagem (Bakhtin, 2006; Bakhtin, 2003; Bakhtin, 1984). Esta escolha teórica colaborou para uma complexificação maior acerca dos dados investigados, já que ajudou a perceber o objeto a partir de diferentes prismas, tal como recomenda Morin (2011).

A interdisciplinaridade é concebida neste artigo como uma tendência de diálogos estabelecidos entre saberes científicos afins, de modo a favorecer um olhar mais analítico dos dados. O pensamento interdisciplinar, nesse sentido, é, conforme Fernandes e Fernandes (2025), primordial para a compreensão dos limites dos saberes humanos, reforçando, assim, a finitude e a incompletude da própria ciência.

A partir disso, cabe o seguinte problema de pesquisa: *Como as práticas de alfabetização e letramento na Educação Básica são representadas no âmbito do SNE?* Este questionamento, por sua vez, orientou as discussões que foram estabelecidas no decorrer deste trabalho.

Para responder à problemática da investigação de maneira satisfatória, foi construído um percurso metodológico do tipo documental e de natureza qualitativa, pois este recorte apresenta ferramentas eficientes no que compete à coleta e ao tratamento dos dados investigados, especialmente no contexto das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009; Cellard, 2008; Guimarães, 2022; Bortoni-Ricardo, 2008). A técnica de pesquisa adotada foi a Análise de Conteúdo (AC), a partir das colaborações de Bardin (2016), o que possibilitou a criação de categorias temáticas para a análise dos resultados. Foi considerada como *corpus* da investigação a Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, que versa sobre a relação entre União, estados e municípios no processo de qualificação da educação nacional (Brasil, 2025).

Em síntese, espera-se que esse trabalho seja provocativo e, por isso, possa incentivar a produção de diálogos científicos vindouros em todos os níveis da pesquisa acadêmica. Isso porque é fundamental que as PPEs sejam problematizadas para além do seu discurso em si, o que deve ajudar na identificação de fragilidades atuais e melhoramentos futuros. Logo, ainda que a criação de políticas públicas represente um avanço, não é o suficiente para garantir plena participação cidadã nos mecanismos de sua aplicabilidade e implementação. Portanto, são necessárias remodelações constantes, as quais visem minimizar as lacunas identificadas e, assim, garantir a participação do cidadão comum de maneira mais efetiva.

[1] O significado atribuído à palavra "político" nesse artigo parte dos estudos freireanos. De acordo com Freire (2001), o ser humano e, consequentemente, a educação, são elementos essencialmente políticos, já que proporcionam situações de interação e de intensificação da prática reflexiva. Logo, o referido termo não tem aqui conotação partidária.

2. Letramento e alfabetização a partir de uma perspectiva interdisciplinar

Nesta seção, são apresentados os diálogos teóricos que fundamentam o referido trabalho. Trata-se do discorrimento dos principais conceitos mobilizados no tratamento dos dados que compõem o *corpus* desta pesquisa, os quais foram problematizados a partir de um olhar interdisciplinar.

A discussão teórica acerca das PPEs demanda do pesquisador um olhar dito "complexo", nos termos de Morin (2011). Isso porque as políticas públicas, de maneira geral, constituem um conjunto de estratégias políticas que visam minimizar os distanciamentos entre grupos sociais diferentes. Por isso, a sua compreensão vai muito além do conhecimento específico das legislações vigentes, mesmo isso sendo algo essencial. É preciso conceber estas políticas como manifestações histórico-ideológicas, já que não podem ser destituídas do contexto da sua época e da sociedade que as demanda (2011).

Partindo desse pressuposto, a Figura 1 ilustra os movimentos interdisciplinares que foram feitos nesse trabalho com o intuito de favorecer uma discussão mais complexa acerca da temática.

Figura 1 – Relação interdisciplinar entre os saberes mobilizados na pesquisa

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

A Figura 1 é constituída por três esferas, as quais foram dispostas da seguinte maneira: a) a central, em que se lê "Políticas Públicas Educacionais"; b) a superior, na qual estão situados os "Estudos do letramento"; e c) a inferior, na qual constam os "Estudos bakhtinianos". É possível perceber zonas fronteiriças, nas quais há uma sobreposição entre os saberes mencionados. Estas interfaces, por sua vez, orientam as discussões teóricas contidas neste trabalho.

As PPEs, mencionadas na imagem, contextualizam as provocações teóricas mobilizadas nessa seção. Trata-se de uma área dos estudos acadêmicos que problema políticas públicas nacionais diversas no contexto brasileiro. Assim, dependendo do prisma das discussões, podem ser relocalizadas para investigações em diversas áreas do pensamento humano, apresentando práticas de acesso e de permanência em contextos institucionais educativos, que vão desde a educação básica até a educação superior (Mello 2024).

Das PPEs o interesse maior neste trabalho recai nas discussões acerca da organização e estruturação da escola básica a partir das práticas de alfabetização e letramento, recomendadas em quase toda a totalidade de políticas públicas da área. Isso, por sua vez, reforça a natureza interdisciplinar dessas investigações, já que as PPEs funcionam como medidas regulatórias das habilidades de escrita e de leitura no âmbito da educação nacional, recomendando-as e viabilizando-as legalmente (Sartori, 2022).

Já os *estudos do letramento* funcionam como investigações provocativas de discussões voltadas a um ensino e uma aprendizagem mais críticas e socialmente politizadoras. Nesse sentido, constituem uma vertente dos estudos da linguagem que favorecem o diálogo entre educação e pensamento reflexivo, considerando a leitura e a escrita como práticas mediadoras do conhecimento, bem como viabilizadoras de uma postura questionadora e politizadora no contexto da educação formal e informal (Silva, 2012; Signorini, 2024; Kleiman *et. al.*, 2024).

Em tempo, o termo "letramento" utilizado neste trabalho está sendo empregado a partir das colaborações de Street (1984), que entende o olhar letrado como prática genuinamente social. Em outras palavras, de acordo com o autor, letramento deve ser entendido como uma prática social, por meio da qual é possível desenvolver as habilidades de leitura, de escrita e de interpretação de maneira catalisadora[2]. Para isso, no entanto, não é possível dissociar o contexto em que a pessoa vive das práticas de letramento que efetivamente utiliza no seu cotidiano, já que o ato de letrar confere ao homem a capacidade de discernimento, ou seja, de estabelecer situações de convergência e discrepância de ideias.

Street (1984) criou o termo "letramento" para diferenciar de "alfabetização", considerando-o uma maneira de expressar uma concepção de ensino da língua capaz de extrapolar os limites do reconhecimento silábico e da associação dos sons. Com o tempo, as pesquisas científicas passaram a problematizar esta relação e, por isso, compreenderam que não é possível dissociá-las, ainda que reconheçam que sejam aspectos distintos do ensino.

A alfabetização, nesse caso, passa a constituir-se dentro de uma perspectiva crítica de reconhecimento fonológico, morfossintático e lógico-semântico desenvolvido pela criança a partir das relações que estabelece com as demais pessoas e o meio. Portanto, a alfabetização, assim como o letramento, se constitui como prática social, já que ambos os processos estão relacionados à linguagem como instrumento de interação (Pinto; Gattolini, 2025)[3].

As PPEs e o letramento estão naturalmente fundidos, pois, nas últimas décadas, as políticas públicas têm se fundamentado basicamente no princípio interacional das práticas linguísticas. Em outras palavras, as PPEs emergentes, de maneira geral, se preocupam em difundir discursos interacionistas em que pese a importância do letramento como ferramenta para desenvolvimento do senso crítico do aluno. Portanto, práticas de leitura e de escrita, com foco na vivência e na experiência do estudante, ganharam protagonismo no bojo da elaboração de documentos oficiais, tais como na *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) (Brasil, 2018) e no *Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens e Compromisso Criança Alfabetizada* (CNCA) (2023), por exemplo.

Por fim, os *estudos bakhtinianos* constituem uma vertente dos estudos enunciativos da linguagem que problematizam a língua como instrumento de metalinguagem que permite a interação entre as pessoas. Logo, concebe a linguagem como ferramenta genuinamente social, trazendo consigo reflexo de influências históricas, políticas e culturais de um determinado povo. Dessa maneira, a linguagem está em tudo que ajuda o homem a interagir com os demais da sua mesma espécie e com o mundo em que vive, sendo repleta de significados e sentidos construídos de maneira simultânea e coletiva (Pereira, 2020; Pereira, 2016).

[2] De acordo com Pereira (2026), catalisar significa ressignificar vozes sociais a partir da potencialização da leitura e da escrita, ou seja, consiste na apropriação de práticas de letramento que ajudem o homem a entender o homem em que está imerso de maneira consciente.

[3] Não é intenção dos autores deste artigo discutir exaustivamente acerca da diferença/relação entre alfabetização e letramento. Para maiores informações sobre este recorte, consultar os trabalhos de Soares (2004), Soares (1998) e Soares (1994).

Bakhtin (2006; 2003; 1984) advoga pela ideia de linguagem como instrumento sociossemiótico. Em outras palavras, o filósofo russo defende a premissa de que a língua está intrinsicamente ligada à sociedade, não porque está no meio social apenas, mas principalmente pelo fato do social ser fabricado a partir dela. Logo, a construção de significados na prática humana não é algo alheio ao seu contexto histórico e cultural, já que todas as percepções interacionistas de leitura e de reflexão permeiam a manipulação de vozes sociais[4] em todas as estratificações das relações humanas (Brait et al. 2025).

As concepções bakhtinianas, assim como as do letramento, ajudam a costurar a anatomia das PPEs da atualidade. Não raramente, é possível identificar simetrias entre o que está sendo regulamentado pelas políticas públicas e o que é proposto no escopo teórico da enunciação e do letramento. Como exemplo, é possível mencionar a opção constante pelo uso dos gêneros textuais-discursivos para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita do aluno (Queijo, 2022).

Em síntese, ainda é preciso evoluir nessas discussões, sobretudo no que compete ao distanciamento entre a teoria das PPEs e a prática do ensino e da aprendizagem no contexto da educação básica. Araújo e Silva (2025) argumentam que a escola e o discurso educacional formal ainda não convergem efetivamente, o que torna a prática em sala de aula diferente das recomendações propostas pela maioria das PPEs atuais.

3. Políticas Públicas de alfabetização na Educação Básica

Nesta seção, são mencionados os princípios que regem as PPEs aplicadas ao contexto da Educação Básica. Isso porque, para pensar esta etapa de escolarização, é reconhecer as suas especificidades e os seus impactos nas fases de formação escolar seguintes.

Assim como foi dito na seção anterior, as PPEs recentes têm apresentado uma tendência expressiva às orientações pedagógicas advindas dos discursos interacionais da linguagem e das suas respectivas práticas de letramento. Com isso, é possível dizer que são adeptos de um modelo de ensino contemporâneo que se distancia do paradigma tradicional, dominante até início dos anos 2000, embora influencie nitidamente até hoje nas escolhas didático-pedagógicas dos docentes (Sartori, 2022).

No que compete especialmente à alfabetização e ao letramento, as discussões teóricas atuais, influenciadoras das PPEs emergentes, têm se mostrado cada vez mais distantes da percepção mecanicista e repetidora do ensino de línguas normativo. Isso porque, tanto a alfabetização quanto o letramento passam a ser vistos como elementos indissociáveis, o que motivou a criação do neologismo “alfaletrar”, nos termos de Soares (2020).

A proposta de *alfaletrar* é justamente alfabetizar letrando, ou seja, ir além do reconhecimento do sinal gráfico e da sua respectiva associação sonora. A proposta é catalisar as habilidades de leitura e de escrita a partir de intervenções pedagógicas ativas, em detrimento das estratégias pedagógicas focadas unicamente no conteúdo. Nesse caso, espera-se que o desenvolvimento das referidas habilidades possa ser útil em situações sociais concretas, para além dos muros institucionais (2020).

A Figura 2 elenca os princípios das PPEs na educação básica a partir da perspectiva de alfabetizar letrando.

[4] Vozes sociais são representações ideológicas e culturais do comportamento humano, levando em consideração aspectos sociais, como grupos e classes, e aspectos enunciativos, como léxico-gramatical e discursivo (Bakhtin, 1984).

Figura 2 – Princípios das PPEs na Educação Básica

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

A Figura 2 ilustra um esquema de estratificação dos princípios das PPEs na Educação Básica a partir dos discursos interacionistas da linguagem, considerando a abordagem bakhtiniana e as pesquisas sobre letramento. Na camada mais interna, tem-se a "interação linguística", que representa o núcleo das propostas de PPEs. Na camada intermediária, é possível identificar o "letramento e práticas discursivas", que ressignificam as práticas de ensino e aprendizagem com foco no exercício da leitura e da escrita. Por fim, na camada mais externa, tem-se as "PPEs com foco na linguagem", que representam um conjunto de estratégias políticas que regulam a educação nacional a partir de diretrizes interacionistas considerando a língua como instrumento mediador das práticas pedagógicas.

A *interação linguística* corresponde à camada que origina as demais. Trata-se da percepção de língua como instrumento de interação. Isso porque esta passa a ser entendida para além do seu sistema gramatical, sendo, portanto, um elemento social e cultural construída dentro de situações específicas de uso. Esta é uma percepção genuinamente bakhtiniana, partindo do princípio de que advoga pela ideia de linguagem enquanto ferramenta sociossemiótica e histórico-social (Bakhtin, 2006; Bakhtin, 2003).

No campo das PPEs, esta definição acaba alicerçando todas as demais recomendações e diretrizes aplicadas à educação nacional. Por isso, no bojo das PPEs contemporâneas, como a BNCC, por exemplo, o olhar acerca do ensino se fundamenta na lógica social. Em outras palavras, é um ensino voltado às condições reais do aluno, procurando trazer sua realidade geográfica, cultural e pragmática para o cerne das atividades de sala de aula (Sartori, 2022).

O *letramento e práticas discursivas* se refere à expansão da definição supramencionada a diferentes domínios sociais, em que a linguagem fabrica o social de múltiplas maneiras. Assim, faz referências a todos os domínios sociais que, de alguma maneira, ajudam a moldar as práticas de interação do aluno. Como exemplo, tem-se a contexto familiar, a escola, o cinema, o espaço digital, etc (Kleiman *et. al.*, 2024).

Quando as PPEs passam a problematizar os domínios sociais em que o aluno interage, a prática de letramento se torna um exercício constante que se molda a partir da interação linguística e do conhecimento que cada contexto vai demandar do aluno. Logo, em cada domínio social, o ser humano vai interagir de maneira diferente, utilizando gêneros textuais diferentes e construindo significados diferentes para as relações. As PPEs, por sua vez, compreendem

que a escola não pode ser alheia a isso e recomendam que o espaço escolar não seja visto de maneira dissociada dos demais domínios sociais (Sartori, 2022).

Já as *PPEs com foco na linguagem* fazem referência à necessidade das políticas públicas atenderem essa concepção de linguagem emergente no cenário político educacional considerando-as fontes de manutenção das práticas de letramento e de alfabetização a partir de práticas discursivas reais. Portanto, são as PPEs que orientam a escola na transição entre o paradigma tradicional e o emergente (Sartori; Pereira, 2022).

Nesse sentido, pensar as PPEs emergentes de maneira dissociada da linguagem como instrumento social é uma visão, no mínimo, ingênua. Isso porque as novas diretrizes políticas tentam dar conta de uma prática pedagógica totalmente diferente da prática institucionalizada em décadas passadas, pois compreendem a dinamicidade social e a mudança orgânica das relações sociais (Sartori; Pereira, 2022).

4. Percurso metodológico

Nesta seção, apresenta-se a caracterização do percurso metodológico da pesquisa. Para tanto, focaliza-se no tipo de pesquisa e na abordagem de pesquisa com o intuito de descrever a percepção dos pesquisadores na prática de análise do *corpus*. Já a descrição da técnica de investigação mobilizada ajuda na contextualização dos critérios adotados para o recorte dos dados tratados.

O tipo de pesquisa adotada nesse trabalho é do tipo documental. De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) e Cellard (2008), este tipo de pesquisa é caracterizado a partir de duas perspectivas: i) a funcional; ou ii) a sociológica, embora ambas sejam complementares, portanto, não excludentes.

Do ponto de vista funcional, a pesquisa documental é caracterizada como uma técnica que analisa documentos que nunca passaram por tratamento científico anteriormente. Com isso, acaba propondo uma leitura que pode agregar bastante às demais investigações desenvolvidas no campo das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas. Isso porque, quando determinado documento é submetido à análise de maneira inédita, as chances de extrair significados mais eficientes ao desenvolvimento do pensamento e da pesquisa científica são maiores (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

Já do ponto de vista sociológico, Cellard (2008) entende que a pesquisa documental vai muito além de uma simples técnica metodológica. Trata-se, na verdade, de uma perspectiva de tratamento histórico-social de determinados fatos e ideologias localizados dentro de um recorte de tempo e de espaço. Isto é, dá condições para que o pesquisador problematize o olhar e o comportamento de uma sociedade dentro de um contexto historicamente específico.

Neste trabalho, foi considerada *corpus* de pesquisa a Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, que "institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração" (Brasil, 2025, s/p). Trata-se, portanto, de uma PPE recente, que tem impactado o cenário educacional de diversos modos, o que colabora para o entendimento acerca das políticas públicas mais recentes no âmbito da educação nacional.

A abordagem de pesquisa é de caráter qualitativo. Esta abordagem, por sua vez, é caracterizada pelo seu teor intersubjetivo e pela sua natureza interpretativista. Consiste em um conjunto de percepções filosóficas que procuram enxergar o objeto de investigação para além daquilo que está aparente, ou seja, procura atingir o implícito dos dados. Para isso, procura levar em consideração forças ideológicas que operam no contexto e que, por consequência, influenciam na formação do *corpus (*Guimarães, 2022; Bortoni-Ricardo, 2008).

Nesse artigo, a abordagem qualitativa colaborou na construção interpretativa dos dados investigados. Logo, os excertos analisados na seção seguinte demandaram um olhar sensível dos pesquisadores deste trabalho, os quais tentaram considerar o contexto social emergente como pilar na construção ideológica da referida legislação.

Para possibilitar o recorte do *corpus*, optou-se pela AC, técnica metodológica costumeiramente utilizada para identificar padrões temáticos recorrentes em construções linguísticas orais ou escritas. Trata-se, portanto, de um conjunto de técnicas sistematizadas que, quando utilizadas, permite que o pesquisador identifique ocorrências que estão no plano textual dos dados (Bardin, 2016).

Neste trabalho, a AC colaborou na identificação de padrões temáticos a partir da ocorrência de palavras-chave que, de alguma maneira, indicam relação semântico-discursiva com o objetivo proposto aqui. Isso porque, por meio de uma busca textual, não foi identificada nenhuma ocorrência dos termos "alfabetização" e/ou "letramento", embora estes princípios estejam diluídos no decorrer de toda a legislação. Em razão disso, foram escolhidas três palavras-chave que pudessem indicar conteúdos temáticos relacionados à temática deste artigo.

De acordo com Bardin (2016), a AC pode ser organizada a partir de três etapas, a saber: i) pré-análise; ii) exploração do material; e iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Ainda que cada etapa mencionada seja específica, não ocorrem separadamente. Em outros termos, conforme a autora, as fases da AC são sequenciais, ou seja, uma depende da outra para acontecer.

A etapa de pré-análise, para Bardin (2016), caracteriza-se pelos primeiros contatos entre pesquisador e objeto pesquisado. Neste trabalho, consistiu nas primeiras leituras sobre letramento, alfabetização e PPEs de alfabetização no Brasil, paralelamente à escolha do documento que constitui o *corpus* do trabalho.

A etapa de exploração do material se caracteriza pela densidade das leituras e pela apropriação dos conceitos mobilizados, sendo, pois, um estágio mais avançado da etapa anterior (Bardin, 2016). Nesta fase, foram sistematizadas leituras entendidas como apropriadas à discussão travada neste artigo, selecionando-as a partir de critérios metodológicos. Foram incluídas referências bibliográficas que versavam sobre a relação entre alfabetização e letramento a partir das PPE. Por outro lado, foram excluídas obras que não dialogavam diretamente com o enfoque deste trabalho, ou seja, que tratavam alfabetização e letramento como princípios separados e independentes.

Por fim, a etapa de tratamento dos resultados, inferência e interpretação é, conforme Bardin (2016), a mais complexa do tratamento dos dados, pois demanda um olhar problematizador por parte do pesquisador. Neste artigo, nesta fase, foram identificados padrões temáticos que, mais tarde, deram margem à criação das categorias analíticas, mencionadas mais adiante.

O Quadro 1 apresenta a relação de palavras-chave escolhida para busca de padrões temáticos a partir da AC. Além disso, caracteriza a relação semântica que estabelece com a alfabetização e o letramento no contexto da lei analisada.

Quadro 1 – Palavras-chave escolhidas no processo de análise documental

Palavras-chave	Relação com a alfabetização e o letramento
Aprendizagem	Termo amplamente utilizado em PPEs para se referir a qualquer processo educativo, cabendo, com isso, tanto à alfabetização quanto ao letramento.
Ensino	Termo amplamente utilizado para designar, explícita ou implicitamente, a práxis pedagógica do docente, podendo fazer referência à alfabetização e ao letramento enquanto processos.
Diversidade	Termo constante nas PPEs emergentes, apresentando, costumeiramente, relação com os Direitos Humanos e à inclusão por meio da alfabetização e do letramento na educação formal.

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

Após a busca pelas palavras-chave supramencionadas no conteúdo da legislação referida, foram criadas algumas categorias de análise a partir dos padrões temáticos dos fragmentos recortados. Estas categorias, por sua vez, passaram a representar os dados da pesquisa que foram recortados considerando as orientações da AC.

O Quadro 2 descreve as categorias analíticas propostas, bem como seus respectivos padrões temáticos.

Quadro 2 – Categorias analíticas propostas a partir das palavras-chave escolhidas

Categorias analíticas	Padrões temáticos
Aprendizagem como princípio de qualificação da educação básica	Foco na aprendizagem como estratégia para mensurar a qualidade das práticas de letramento e de alfabetização no contexto da educação básica.
Ensino como prática constitucionalmente orientada	Foco no ensino como exercício previsto na Constituição Federal de 1988, portanto necessário às práticas emergentes de alfabetização e letramento.
Diversidade como elo entre alfabetização e letramento	Foco na valorização de vozes de minorias como estratégia de fortalecimento dos Direitos Humanos junto às práticas de alfabetização e letramento.

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

Por fim, o percurso metodológico descrito aqui procurou obedecer ao rigor acadêmico-científico das ferramentas metodológicas adotadas. Partindo desse princípio, os fragmentos analisados na seção seguinte são, na verdade, representações da alfabetização e do letramento na legislação analisada, ainda que tenham sido possibilitadas indiretamente.

5. Resultados e discussão

Nesta seção, são dispostos alguns excertos da Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025, os quais foram submetidos a tratamento científico, conforme os critérios descritos no percurso metodológico. Em tempo, os referidos fragmentos representam percepções representativas (in) diretas acerca da alfabetização e do letramento.

5.1 Aprendizagem como princípio de qualificação da educação básica

Na sequência, segue o Quadro 3. Trata-se de um excerto extraído da Seção IV, Subseção I - Dos Padrões de Qualidade da Educação Básica. O recorte compreende o os incisos I e II do Artigo 35.

Quadro 3 – Alfabetização e letramento a partir da "aprendizagem"

Art. 35. Os padrões mínimos de qualidade da educação básica referentes ao rendimento escolar deverão considerar: I - níveis adequados de aprendizagem; II- redução das desigualdades de aprendizagem.

Fonte: Dados originais da pesquisa (2025).

No que compete aos estudos bakhtinianos, é possível identificar no excerto o apagamento do letramento enquanto prática, considerando a não referenciação das propriedades catalisadoras da leitura e da escrita a partir dos usos linguísticos situados. Em outras palavras, pensar a "redução das desigualdades de aprendizagem" sem considerar a contextualização histórico-social do estudante parece fragilizar a prática interacional por meio da linguagem, distanciando, assim, letramento de aprendizagem (Brait et al. 2025).

O apagamento, nesse caso, representa o letramento enquanto objetificação da alfabetização, porém sem levar em consideração profunda as relações de poder estabelecidas no interior da sala de aula, bem como nos processos de interação construídos em domínios sociais para além da escola. Logo, não ajuda no fortalecimento do letramento como elemento basilar na construção de práticas de aprendizagem mais sólidas e críticas no contexto atual das PPEs (Queijo, 2022).

Já a alfabetização passa a ser representada como uma fase da escolarização supostamente superada no contexto das políticas públicas, o que acaba por secundarizá-la em relação a questões voltadas aos trâmites institucionais. Em outras palavras, a alfabetização parece não estar diretamente associada à concepção de aprendizagem presente no documento, o que enfraquece a necessidade de "alfabetizar letrando" (Pinto; Gattolini, 2025).

Logo, não há uma relação explícita entre alfabetização e letramento por intermédio da aprendizagem. O que há são reflexos discursivos que possibilitam construir sentidos e estabelecer conexões entre as referidas palavras. Isso, de certa forma, minimiza as relações interpessoais no contexto da sala de aula, não levando em consideração as relações de poder estabelecidas naturalmente neste espaço (Pinto; Gattolini, 2025).

5.2 Ensino como prática constitucionalmente orientada

Na sequência, segue o Quadro 4. Trata-se de um excerto extraído da Subseção II- Das Instâncias Permanentes de Pactuação do SNE, considerando o seu inciso V. Já o recorte que compreende o parágrafo 2º foi retirado da Subseção II- Da Avaliação Nacional da Educação Básica, por apresentar teor temático convergente.

Quadro 4 – Alfabetização e letramento a partir do "ensino"

Art. 13. À Cite, sob coordenação do Ministério da Educação, compete pactuar sobre: (...) V - o padrão mínimo de qualidade do ensino na educação básica a que se refere o § 1º do art. 211 da Constituição Federal, consideradas as condições adequadas de oferta das etapas, das modalidades e dos tipos de jornada e de estabelecimentos de ensino e a diversidade regional e local das redes de ensino, bem como os respectivos custos diferenciados. (...) § 2º O processo nacional de avaliação da educação básica terá como referência o padrão mínimo de qualidade do ensino na educação básica, pactuado no âmbito da Cite.

Fonte: Dados originais da pesquisa (2025).

Assim como no excerto anterior, não há referências explícitas ao letramento e à alfabetização. As relações que foram estabelecidas operam no uso do termo "ensino" como estratégia de apagamento das práticas referidas, considerando os estudos bakhtinianos.

Há, nesse caso, uma representação do letramento como prática secundária do ensino, já que o seu teor ideológico parece estar minimizado por meio da utilização de escolhas lexicais que denotam autoridade em detrimento de socialização, tal como os discursos das PPEs emergentes costumeiramente propõem. Expressões como "padrão mínimo de qualidade do ensino", por exemplo, não trazem consigo uma carga semântica que possa direcionar o olhar às práticas de letramento como exercícios sociais e nem como experiências discursivas. Isso porque o letramento parece não mediar a articulação entre *ensino* e *qualidade* (Mello 2024).

Já a alfabetização passa a ser representada, ainda que indiretamente, como saber técnico, muito similar ao ato de alfabetizar como exercício de codificação e decodificação. Não há, consequentemente, uma tentativa de associação da alfabetização com o processo diálogo inerente à linguagem. Com isso, a alfabetização é pressuposta como algo já estabilizado tradicionalmente (Kleiman *et. al.*, 2024).

5.3 Diversidade como elo entre alfabetização e letramento

Na sequência, segue o Quadro 5. Trata-se de um excerto extraído da Capítulo II- Dos princípios e dos objetivos. O recorte considerou o conteúdo do inciso IV.

Quadro 5 – Alfabetização e letramento a partir da "diversidade"

Art. 3º São princípios do SNE: (...) IV- a justiça e a igualdade na promoção dos direitos humanos, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade socioambiental

Fonte: Dados originais da pesquisa (2025).

Há, neste trecho, uma mudança considerável na representação das práticas de letramento em relação aos fragmentos anteriores. Aqui, a palavra "diversidade" acaba propondo uma representação de letramento como prática catalisadora, distanciando-o do olhar mais técnico, visto anteriormente. Isso porque, quando associado à diversidade, o letramento passa a estar vinculado à percepção cultural, social e territorial que motivou a sua existência. Com isso, a linguagem passa a ser entendida também como instrumento coletivo, por meio da qual é possível identificar heranças socioculturais e sócio-históricas (Pereira; Moreira, 2025).

O mesmo ocorre em relação à alfabetização, que passa a ser vista como prática social marcada por tensões históricas e assimetrias de poder. Isso, consequentemente, a distância da visão conteudista difundida pelo paradigma de ensino tradicional. Ainda que seja representa de maneira indireta, há indícios discursivos de que a alfabetização não

pode ser entendida sob um olhar homogeneizante, já que a pluralidade cultural, social e territorial são fatores basilares para tornar a sala de aula um meio genuinamente heterogêneo (Pereira, 2020; Pereira, 2016).

Em síntese, a diversidade aparece diretamente associada aos preceitos dos Direitos Humanos, já que retoma ao discurso de humanizador de democratização da educação e do ensino, sendo o letramento e a alfabetização instrumentos fundamentais para a execução disso na prática. Isso rompe com a ideia predominantemente normativa identificada em outras partes da legislação (Silva, 2011).

Considerações finais

Neste trabalho, foram identificadas algumas representações acerca das práticas de alfabetização e de letramento contidas no conteúdo da Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025. Considerando que nem alfabetização e nem o letramento aparecem expressamente na legislação, optou-se pela escolha das palavras-chave aprendizagem, ensino e diversidade na tentativa de identificar padrões temáticos que tivessem alguma relação com o ato de alfabetizar e de letrar.

Diante disso, cabe retornar à pergunta de pesquisa elencada na Introdução desse artigo, a qual levanta o seguinte questionamento: *Como as práticas de alfabetização e letramento na Educação Básica são representadas no âmbito do SNE?*

Como resposta, foi possível identificar que houve um certo apagamento das práticas de letramento, não tendo sido problematizado, explicitamente, por meio da necessidade de implementação de atividades de leitura e de escrita no âmbito escolar. Isso, por sua vez, parece ter enfraquecido a discussão sobre letramento enquanto prática social, com exceção apenas do recorte em que o termo diversidade aparece como articulador.

A alfabetização também foi minimizada no decorrer do documento. Das vezes que foi possível estabelecer algum tipo de conexão por intermédio da palavra-chave escolhida, a ideia implícita de alfabetizar esteve, por vezes, associada ao pensamento técnico e reducionista. Salvo também quando o termo diversidade foi levado em consideração.

Espera-se que este trabalho seja provocativo e, com isso, possa incentivar a produção de pesquisas vindouras que versem sobre a mesma temática. A partir disso, o intuito é que as PPEs sejam ampliadas, de modo a suprir as lacunas identificadas e, consequentemente, possam impactar positivamente a prática docente de maneis mais efetiva.

Referências

ARAÚJO, O. da S.; SILVA, A. J. da. Políticas públicas e inclusão escolar: avanços e desafios na Educação Básica. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 9, 2025.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem***.** São Paulo/SP: HUCITEC, 2006.

BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal***.** São Paulo/SP: HUCITEC, 2003.

BAKHTIN, M. *Problems of Dostoevsky's Poetics*. London: University of Minnesota Press, 1984.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo***.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BORTONI-RICARDO, S. M. *O professor pesquisador***:** Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

BRAIT, B., et *al.* Bakhtin e a Linguística: um diálogo iniciado nos anos 1920. *Bakhtiniana:* Revista de Estudos do Discurso [online], v. 20, n. 1, 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 220, de 31 de outubro de 2025. Institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para elaboração e implementação de políticas, de programas e de ações educacionais, em regime de colaboração. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 3 nov. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br. Acesso em: 23 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 13 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular.* Brasília: MEC, 2018.

CELLARD, A. A Análise Documental. In.: POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. *A Pesquisa Qualitativa*: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

FERNANDES, M. de M.; FERNANDES, M. de M. A Prática interdisciplinar no ensino médio: conectando saberes para uma educação contemporânea. *Aracê*,[S. l.], v. 7, n. 1, p. 627–640, 2025.

FREIRE, P. *Política e Educação*: Ensaios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GUIMARÃES, S. T. *Da pesquisa ao conhecimento*: entre contextos, escolhas, ações e desdobramentos. Brasília: CEUB; ICPD, 2022.

KLEIMAN, A. B. *et. al*. O conceito de letramento na produção científica brasileira: retorno às origens, discussões para o futuro. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, SP, v. 63, n. 1, p. 240–254, 2024.

MELLO, S. L. M. Políticas públicas em Educação: uma agenda necessária para moldar o nosso futuro. *Ensaio*: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.32, n.124, p. 1 – 8, jul./set. 2024.

MORIN, E. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 4ª ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

PEREIRA, B. G. *Vozes em Travessia*: Escrita acadêmica na perspectiva da Linguística Aplicada. São Paulo: Dialética, 2026.

PEREIRA, B. G. Dialogisme Bakhtinien en Confluence Avec La Sociopragmatique Danoise Perspectives en Langue Appliquée. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, p. 89531-89543, 2020.

PEREIRA, B. G. Dialogismo Bakhtiniano e suas Interfaces com a Sociopragmática. *Cadernos do CNLF* (CiFEFil), v. 01, p. 30-43, 2016.

PEREIRA, B. G.; MOREIRA, D. Escrita Acadêmica e Práticas de Letramento do Professor em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu. *Interfaces Científicas* - Educação, v. 13, p. 44-55, 2025.

PINTO, E. de C.; GATTOLINI, S. R. B. Desenvolvimento do letramento em avaliação de professoras de língua espanhola. *Estud. Aval. Educ.* (Fund. Carlos Chagas), São Paulo, v. 36, 2025.

QUEIJO, M. E. S. Corpus e objeto em perspectiva dialógica: uma análise em obras de M. Bakhtin. *Bakhtiniana,* Rev. Estud. Discurso [online], v. 17, n. 2, pp. 89-117, 2022.

SARTORI, T. L. Relações entre políticas públicas e a lógica do pensamento abissal: subversões ideológicas em uma modernidade fulgás. *Revista Querubim* (Online), v. 06, p. 55-70, 2022.

SARTORI, T. L.; PEREIRA, B. G. Políticas públicas curriculares na formação do professor. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação,* v. 17, p. 2741-2757, 2022.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa Documental: Pistas teóricas e metodológicas. In.: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Ano I, n. I. 2009.

SIGNORINI, I. Análise linguística combina com letramento escolar? In.: SILVA, W. R. (org.). *Reflexões sobre língua(gem) em contextos de ensino*. EdUFT. 2024, p. 236-251.

SILVA, A. S. da. Políticas Públicas, Educação para os Direitos Humanos e Diversidade Sexual. *Trivium* (Rio de Janeiro. Online), v. 3, p. 58-72, 2011.

SILVA, W. R. *Letramento e Fracasso Escolar*: O ensino de língua materna. Manaus/AM: UEA Edições, 2012.

SOARES, M. *Alfaletrar*: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, M. *Alfabetização e letramento*. São Paulo: Contexto, 2004.

SOARES, M. *Letramento*: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. *Linguagem e escola*: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1994.

STREET, B. V. *Literacy in the Theory and Practice*. Cambridge University Press, 1984.

Editor Responsável: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

Recebido/Received: 25.01.2026 / 01.25.2026

Aprovado/Approved: 06.07.2026 / 07.06.2026